

INTRODUÇÃO

O documento ora apresentado, tem fundamental relevância no contexto das Políticas Públicas Educacionais do Município de Coari-AM. Surgiu da necessidade do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas-*Campus* Coari, de tornar o processo educacional mais participativo, com engajamento da comunidade educativa. É reflexo, de uma forma de vermos a realidade como algo construído historicamente pelos seres humanos.

Desse modo, no primeiro momento, foi realizada a sensibilização dos atores educativos internos e externos, acerca da relevância desta proposta pedagógica para a comunidade acadêmica e em consequência para a comunidade coariense.

Em 2018, tivemos a necessidade de revisarmos tal proposta, visando atender a necessidade da Comunidade escolar, quanto à demanda pedagógica atual, elaborando participativamente, um plano de ação a médio prazo, que vai até 2022. Assim como, a inserção de temas que não estavam na Proposta Pedagógica (2018/2022), sistematizando algumas lacunas que ficaram pendentes, mas que foram contempladas neste documento.

Em suma, na caminhada de revisão e reconstrução da identidade da Instituição, nos deparamos com vários desafios, que foram sendo vencidos a cada momento. O principal desafio vencido, foi a descrença na relevância de uma proposta construída coletivamente, que pudesse transformar a realidade educacional deste *Campus*.

1 Missão

- Promover a Educação com excelência por meio do Ensino, da Pesquisa e Extensão para a região do Médio Solimões, no Estado do Amazonas.

1.1 Valores

- Acessibilidade e inclusão sócio-educacional;
- Valorização das pessoas;
- Cidadania e justiça social;
- Ética e transparência;
- Excelência na gestão educacional;
- Gestão democrática e participativa;
- Inovação e empreendedorismo;
- Respeito à diversidade;
- Responsabilidade socioambiental;
- Solidariedade.

1.2 Objetivos

- Ministrar Cursos de qualificação, requalificação, reprofissionalização e outros de nível básico e Superior;
- Utilizar o processo de Planejamento participativo como metodologia de trabalho na elaboração e execução deste documento;
- Ministrar ensino técnico, destinado à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrar ensino superior, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica e educação básica;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estendendo benefícios à comunidade;
- Estimular e apoiar processos educativos, que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do

desenvolvimento socioeconômico local e regional;

- Cursos de pós-graduação, lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Desenvolver Projetos de Extensão, que envolva as comunidades Carentes do município.

2 MARCO REFERENCIAL

2.1 Marco Situacional

No contexto atual do Brasil e da América Latina, é perceptível questões como a globalização da economia, o neoliberalismo que preconiza o Estado Mínimo e o avanço do Capitalismo exarcebado. O aumento das desigualdades sociais, causados por vários fatores como a corrupção na política, a inversão de valores morais e éticos, o desemprego e consumismo desenfreado, os quais causam uma concentração de renda na mão de uma minoria, tem ocasionado uma exclusão sócio-econômica da grande maioria da população.

Em contraponto a esta lógica, estão as questões ambientais, onde a sociedade assume uma consciência de que esta questão passa a ser relevante para a sobrevivência da própria humanidade, acarretando a necessidade urgente da priorização da modificação dos processos produtivos voltados, em grande parte, à conservação ambiental e sustentabilidade.

Diante deste contexto, faz-se imprescindível repensar o papel da Educação, visto que é notório que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus-Coari*, como órgão público, deve refletir sobre tais situações que acontecem na comunidade local e global, passando muitas das vezes a se manifestar dentro das salas de aula, reflexos das questões do contexto local como: bullying, desvalorização dos docentes, discentes envolvidos com drogas(lícitas ou ilícitas), preconceitos, consumismo, modismo, indisciplina, individualismo, falta de amor ao próximo, baixa auto-estima , imediatismo, o ter em função do ser, discriminação étnica, de orientação sexual, religiosa, dentre outros.

2.2 Marco Filosófico

No que tange, ao tipo de ser humano que queremos formar, é notório que a escola deve priorizar um sujeito histórico, participativo que constrói o seu conhecimento a partir da pesquisa como prática cotidiana, na comunidade em que está inserido e na sala de aula. Dentro desta perspectiva, esperamos estar

colaborando para o processo de democratização do conhecimento, socialmente e historicamente construído e a própria democratização da sociedade.

Faz-se necessário, que mais do que conhecimentos cognitivos, nós passemos a cultivar valores, hábitos e atitudes que sirvam para humanizar o indivíduo, tornando-o mais solidário, crítico, sensível as questões sociais, éticas, transformando-o em um cidadão honesto e participativo.

2.2.1 Gestão Democrática

Entendemos que, para ser considerada uma instituição que desenvolva uma gestão democrática e de qualidade, deve ter a participação efetiva da comunidade escolar e local (pais, educandos, funcionários terceirizados, técnicos-administrativos, professores e comunitários), além de oferecer um processo de ensino-aprendizagem eficiente(SOUZA,2015). De outra forma, a gestão será em vez de democrática, autoritária e centralizadora. Segundo Ferreira:

[...] Uma boa ou má gestão educacional exercerá uma influência relevante sobre a possibilidade de acesso às oportunidades sociais da vida em sociedade, pois a organização da escola e sua gestão revelam seu caráter excludente ou includente. A administração da educação, diante destas questões indubitáveis, defronta-se com a responsabilidade de avançar na construção de seu estatuto teórico-prático afim de garantir que a educação se faça com a melhor qualidade para todos possibilitando desta forma, que a escola cumpra sua função social e seu papel político institucional (FERREIRA, 2004, p. 296).

O papel do(a) gestor(a) nesse processo é imprescindível, pois ele(a) é o líder educacional que deve ser espelho para os atores educativos da instituição. Para tanto, deve articular toda a comunidade escolar em busca do objetivo maior da instituição, que deve ser o da não reprodução da ideologia dominante, buscando uma educação transformadora, que trabalhe o ser humano de forma integral, tornando-o ativo, crítico e histórico, sendo capaz de atuar de forma participativa em sua comunidade local e global(SOUZA,2015).

Faz-se necessário também refletir sobre a valorização dos profissionais de educação, e que além de bons salários e de formação adequada, é preciso garantir uma gestão escolar competente. O gestor bem preparado, é aquele que sabe mediar os interesses de todas as partes, inclusive dos pais e a

comunidade. Precisa atuar democraticamente, dar satisfação a todos e ser cobrado por sua atuação. Também deve estar atento às demandas dos professores. Acabar com o isolamento na sala de aula, é extremamente importante. Não é possível resolver os problemas educacionais, sem ouvir os principais responsáveis pela transformação que deve se dar na educação, que são os professores, participando das atividades educacionais desenvolvidas na escola. Além disso, deve ser efetivada uma política de Formação Continuada para todos os profissionais da escola, tornando-os sujeitos ativos na construção de seu conhecimento e desenvolvimento cognitivo e global. Para Ribeiro,

[...] Neste contexto, desenvolver práticas pedagógicas emancipatórias que promova a educação cidadã, valorizando a atuação docente com a formação continuada e salários dignos, democratizando a gestão da escola no sentido de buscar parcerias na comunidade escolar, envolvendo todos no processo decisório da escola como forma de efetiva participação dos atores sociais no processo educativo, corrobora assim, para elevar os índices de qualidade de ensino definindo e avaliando a aprendizagem dos alunos, como de reavaliar a atuação da escola (RIBEIRO, 2009, p. 94).

Desse modo, é necessário que a instituição caminhe no sentido de se tornar autônoma, implicando necessariamente nas mudanças do processo decisório dentro da escola, descentralizando-se e horizontalizando-se pelo compartilhamento da responsabilidade com os diferentes atores educativos que constituem a comunidade Institucional. Essa mudança de paradigma, se estabelece também no âmbito pedagógico, visto que o planejamento passa a ser participativo, as visões de conjunto das disciplinas formam um conhecimento complexo, num modelo sistêmico em que o todo e as partes se integram formando um conhecimento sólido e profundo. Para Lück,

[...] a participação ativa de todos os envolvidos em uma unidade social, para a tomada de decisão conjunta, mediante processo de planejamento participativo, pelo qual a realidade é analisada pela incorporação de diferentes olhares que, ao serem levados em consideração, permitem que as decisões tomadas o sejam a partir de uma visão abrangente das perspectivas de intervenção, além de garantirem o comprometimento coletivo com a implementação do planejado (LÜCK citado por BRITO, 2008, p.128).

Nesta perspectiva, é que entendemos ser o Conselho Educacional e demais órgãos colegiados, ferramentas imprescindíveis para consolidação da

gestão democrática. A partir de sua atuação dentro da escola, a gestão passa a horizontalizar-se, onde as “ordens” não são mais dadas de forma vertical. Além de possibilitar a participação de todos os seguimentos da comunidade educacional, onde são representados e escolhidos pelos seus pares, como (educandos-Grêmio estudantil, funcionários terceirizados, Técnicos administrativos, representantes de Pais e Comunitários, gestor, professores, de forma paritária, ou seja, em número igual, tendo direito a voz e a voto nas tomadas de decisões, passando a se sentirem valorizados no âmbito escolar, fiscalizando as prestações de contas da verba repassada para a Instituição através da unidade executora, deliberando e avaliando a Instituição e os projetos, dentro dos condicionantes sócio-econômico e históricos em que está inserida. Neste sentido, Paulo Freire afirma,

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente (FREIRE, 2002 citado por BRASIL,2004).

A participação da comunidade extra e intra-educacional, é de fundamental relevância para um processo democrático de gestão, conforme afirma Lück:

Democracia e participação são dois termos inseparáveis, à medida que um conceito remete ao outro. No entanto, essa reciprocidade nem sempre ocorre na prática educacional. Isso porque, embora a democracia seja irrealizável sem participação, é possível observar a ocorrência de participação sem espírito democrático. Neste caso, o que se teria é um significado limitado e incompleto de participação [...] (LÜCK, 2008, p.54).

A gestão, deve viabilizar mecanismos de participação efetiva dos membros da comunidade educacional, onde a democracia é um valor educativo que seria aprendido no próprio processo de democratização deste *Campus*, nos seminários, reuniões, jornadas pedagógicas, dentre outros. Conforme Lück, a:

Gestão Educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometidos com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) e de participação e decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e

avaliação com retorno de informações)e
transparência(demonstração pública de seus processos e resultados)
(LÜCK, 2006, p. 35-36).

2.2.2 Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

A educação atual é desafiada pelos avanços tecnológicos e pelos anseios da sociedade, principalmente os relacionados à demanda de novas tecnologias, melhorando as formas pelas quais o conhecimento pode ser produzido, administrado, disseminado, acessado, otimizado e avaliado. Portanto, este saber estratégico para a contemporaneidade, abre oportunidades ao *Campus Coari* para a expansão e consolidação da educação, ao mesmo tempo em que permite o questionamento do papel da Instituição, seu desempenho e compromissos sociais. Tais inquietações decorrem de vários fatores externos à Instituição, pautados numa sociedade que vivencia as novas tecnologias de comunicação e a descentralização do saber(INES,2015).

Assim, o *Campus Coari*, propõe-se a instalar um modelo organizacional que contemple e fortaleça o relacionamento com a sociedade, ofertando e democratizando o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para o avanço científico e tecnológico do país e para a formação de profissionais, a fim de promover o desenvolvimento local e regional(INÊS,2015).

Mesmo considerando indissociáveis as ações concernentes ao ensino, à pesquisa e à extensão, faz-se imprescindível tratar, especificamente, cada eixo de atuação, objetivando demonstrar separadamente sobre quais pilares estarão estruturados o desenvolvimento das suas atividades(INÊS,2015).

2.3 Marco Pedagógico

Diante deste contexto, a educação deve ser para a vida e não somente para a aquisição de conteúdos estáticos, tendo opções de acesso a conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Deve se basear na democracia e no diálogo entre os cidadãos, ensinando não só o que é proposto pelo currículo escolar, mas que também trabalha o que se passa na sociedade e a realidade do educando.

Quanto ao tipo de pedagogia que se adapta a essa ação transformadora, é a Tendência Pedagógica Progressista, sendo que teremos como referência

principalmente a Tendência Pedagógica Libertadora de Paulo Freire onde o educador faz a mediação entre o conhecimento e o educando, sendo a reflexão crítica e o diálogo nesta perspectiva instrumento efetivo no processo ensino-aprendizagem, através do incentivo e estímulo à pesquisa e investigação das dúvidas dos educandos, onde se procura desenvolver conjuntamente através da Pedagogia de Projetos, os conteúdos de forma interdisciplinar, contextualizado e transversal.

Para Freire (1996, p.47):

[...] numa perspectiva progressista. Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo ser um ser aberto a indagações, à curiosidades, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho- a de ensinar e não transferir conhecimento.

Desse modo, a instituição de ensino democrática aberta e participativa é caracterizada pela participação de todos os envolvidos nos processos decisórios. Sendo opções fundamentais em matéria pedagógica a partir da sensibilização do docente a cerca da interdisciplinaridade, a contextualização.

Diante deste Contexto,

A democracia tem como fundamento legal da educação brasileira, presente na LDB-9394/96, que estabelece em seus artigos 3º, 14 e 15 que:

Art. 3º O Ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII- Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos Sistemas de Ensino;

Art 14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1997).

Neste sentido percebe-se a relevância da participação da comunidade local e institucional para o êxito de um Instituto Federal, como instituição que luta pelo bem estar da coletividade, preparando os educandos para o exercício pleno da cidadania.

Para LUCK (citado por BRITO, 2008, p.128)

[...] a participação ativa de todos os envolvidos em uma unidade social, para a tomada de decisão conjunta, mediante processo de

planejamento participativo, pelo qual a realidade é analisada pela incorporação de diferentes olhares que, ao serem levados em consideração, permitem que as decisões tomadas o sejam a partir de uma visão abrangente das perspectivas de intervenção, além de garantirem o comprometimento coletivo com a implementação do planejado.

Desse modo, o envolvimento de toda a comunidade no processo ensino-aprendizagem é fundamental para o crescimento cognitivo-emocional e integral do educando comprometido com a justiça social.

2.3.1 Planejamento como prática Educativa

Dentro do Contexto pedagógico do *Campus Coari*,

...planejamento e um plano ajudam a alcançar a eficiência, isto é, elaboram-se planos, implanta-se um processo de planejamento a fim de que seja bem-feito aquilo que se faz dentro dos limites previstos para aquela execução(GANDIN, 2007,p.17).

O planejamento visa também à eficácia. Os dicionários não fazem diferença suficiente entre eficácia e eficiência. O melhor é não se preocupar com palavras e verificar que o planejamento deve alcançar não só que se façam bem as coisas que se fazem (chamaremos a isso de eficiência), mas que se façam as coisas que realmente importa fazer, porque são socialmente desejáveis ... A eficácia é atingida quando se escolhem, entre muitas ações possíveis, aquelas que, executadas, levam à consecução de um fim previamente estabelecido e condizente com aquilo em que se crê(GANDIN, 2007,p.17/18).

Desse modo, o planejamento se dá como prática educativa, na medida em que há participação, democracia, libertação de preconceitos de qualquer espécie, respeito a diversidade do outro. Para GANDIN(2007), “o Planejamento é uma tarefa vital e técnica para o bem estar do homem e da sociedade”.

2.3.2 Diretrizes de Procedimentos Metodológicos para os Cursos nos vários níveis

A concepção de metodologia do *Campus Coari*, prioriza a construção do conhecimento, levando em consideração que o aluno é o próprio sujeito de sua aprendizagem. Fundamenta-se essencialmente em teorias educacionais inovadoras e de integração; na aprendizagem orientada no sentido de qualificar pessoas capazes de compreender a complexa realidade mundial; na reflexão de modo integrado, sobre os diversos contextos; no aprendizado ativo destinado a

conquistar conhecimento específico, estabelecer associações, articulações pertinentes e adequadas (INÊS, 2015).

Ainda no concernente à metodologia, cabe salientar a importância da relação professor e aluno, orientada no sentido de proporcionar o desenvolvimento de habilidades para intervir no contexto em que vive. Isto exige diálogo constante e debate efetivo, respeitadas as peculiaridades intelectuais e culturais de docentes e estudantes (INÊS, 2015).

As práticas pedagógicas inovadoras, estão baseadas no princípio de que os saberes docentes se fazem e ampliam-se num processo dialógico, catalisando experiências que congreguem o conhecimento de forma contextualizada, além das práticas centradas em estratégias comumente utilizadas no campo didático-pedagógico, buscando as de cunho inovador, e que se adequem às especificidades das modalidades formativas oferecidas pelo Instituto (INÊS, 2015).

2.3.3 Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva vai muito além, da educação especial, pois é a inserção dos vários atores da sociedade dentro do âmbito educacional, proporcionando não só o acesso, mais também a permanência e o sucesso do discente. Desta forma, a educação engloba, os vários segmentos da sociedade, sem discriminação de raça, cor, gênero, etc. Neste sentido, paulatinamente o *campus* tem se adequadado a política de cotas, garantindo o acesso de grupos antes excluídos do processo educativo, como indígenas, deficientes e negros.

No que tange a *Educação Especial*, deve se dar em torno da igualdade de oportunidades, em que todos os indivíduos, independentemente das suas diferenças, deverão ter acesso a uma educação com qualidade, capaz de responder a todas as suas necessidades. Desta forma, a educação deve-se desenvolver de forma especial, numa tentativa de atender às diferenças individuais de cada discente, através de uma adaptação do sistema educativo.

A evolução das tecnologias permite cada vez mais a integração dos discentes com necessidades especiais nas nossas escolas, facilitando todo o seu processo educacional e visando a sua formação integral. No fundo, surge como uma resposta fundamental à inclusão de crianças com necessidades educativas especiais num ambiente educativo.

Como uma das respostas a estas necessidades surge a utilização da tecnologia, com o desenvolvimento da Informática veio a se abrir um novo mundo recheado de possibilidades comunicativas e de acesso à informação, manifestando-se como um auxílio a pessoas com necessidades educativas especiais.

Partindo do pressuposto de que temos que aprender a aprender, a tecnologia deve ser encarada como um elemento cognitivo capaz de facilitar a estruturação de um trabalho viabilizando a descoberta, garantindo condições propícias para a construção do conhecimento. Na verdade são inúmeras as vantagens que advêm do uso das tecnologias no campo do processo ensino – aprendizagem no que diz respeito à educandos com deficiência.

Assim, o uso da tecnologia pode despertar em discentes com deficiência um interesse e a motivação pela descoberta do conhecimento tendo em base as necessidades e interesses dos discentes. A deficiência deve ser encarada não como uma impossibilidade, mas como uma força, onde o uso das tecnologias desempenha um papel significativo.

O Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais (NAPNE/CCO), prepara a instituição para receber as pessoas com deficiência, providenciando a adaptação de currículo conforme a necessidade de cada discente, elaborando e executando projetos de acordo com a realidade local, realizando o cadastramento dos discentes com deficiência, de acordo com laudo médico apresentado. Contamos, com uma comissão específica do Núcleo formada por sete profissionais da equipe multidisciplinar e com uma Tradutora e intérprete de LIBRAS, Psicóloga, Pedagogo, Odontólogo, Técnico educacional e Docente. Que faz o acompanhamento com os PcD's na Instituição. O NAPNE do Instituto Federal do Amazonas – IFAM *Campus* Coari, atua em quatro esferas principais, são elas:

- Acessibilidade Arquitetônica;
- Acessibilidade Pedagógica;
- Acessibilidade Comunicacional;
- Acessibilidade Atitudinal.

2.3.4 Projetos Educacionais

- Programas Integrais

Os Programas Integrais, consiste num conjunto de projetos que contem ações prioritárias voltadas para o suprimento das necessidades sociais dos discentes e tem por objetivos:

➤ Promover ações sistêmicas e articuladas no âmbito dos *campi* do IFAM, voltadas para a garantia da democratização das condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes matriculados no IFAM em todos os níveis e modalidades de ensino, prioritariamente, aos que se encontra em situação de vulnerabilidade social como meio de ações locais em cada *campi* focadas na atenção integral dos estudantes, de maneira a se consolidar, efetivamente, uma Política de Assistência Estudantil na instituição.

➤ Atuar via projetos integrais, nas causas da evasão e retenção acadêmica, subsidiando financeiramente ações afirmativas e desencadeadoras da elevação dos índices de permanência e êxito em todos os *campi* do IFAM;

➤ Fomentar a implementação de ações relacionadas à permanência e êxito nos *campi*, via projetos integrais, construídas pelos discentes, docentes e técnicos administrativos, voltadas para as áreas viabilizando, quando necessário, intervenções sistêmicas;

➤ Integrar as equipes de multiprofissionais, bem como os profissionais envolvidos nas ações pedagógicas referentes ao enfretamento dos índices elevados de retenção e evasão dos cursos ofertados pelo IFAM;

➤ Enfatizar a relevância do trabalho colaborativo, na perspectiva da permanência e o êxito estudantil;

➤ Motivar a participação dos estudantes regulares dos diversos cursos e modalidades do IFAM no processo de interação com a sociedade e emancipação do cidadão, através de atividades pedagógicas que contribuam para a formação profissional, inclusão social, geração de oportunidades, melhoria das condições de vida e para o exercício da cidadania;

➤ Oportunizar ao estudante a aplicação de conhecimentos acadêmicos em prol da comunidade escolar e da sociedade em que vive, possibilitando, assim,

o seu desenvolvimento crítico e conseqüentemente o seu crescimento humano e profissional;

➤ Situar a evasão e a retenção/reprovação como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), oportunizando a comunidade escolar não somente seu enfrentamento, mas a descoberta de verdadeiros talentos no âmbito da atenção à saúde, apoio pedagógico, acadêmico, monitoria, psicológico, cultura, desporto, inclusão digital, discentes que possuam algum grau de deficiência ou apresentem transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, apesar da enorme complexidade que é o IFAM CCO, é um de seus principais desafios, o cumprimento da sua função social.

2.3.5 Temas Transversais e Interdisciplinaridade

A transversalidade, na área educacional, trata de educar para a vida em sociedade no que tange à saúde, à paz, à convivência, à igualdade de oportunidades entre os sexos e raças, ao consumo e ao meio ambiente. Segundo Menezes e Santos (2002), o conceito de transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensinam aos discentes.

No Brasil, a partir da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, foram definidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que, por sua vez, orientam para a aplicação da transversalidade. No âmbito dos PCN, a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados, as questões da vida real e de sua transformação. Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. Dessa forma, os PCN sugerem alguns temas transversais que correspondem às questões relevantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural (BRASIL, 1998a). Os PCN deixam claro que estes temas não se constituem em novas áreas, mas em um conjunto de

temas que aparecem transversalizados, permeando a concepção das diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas.

Segundo Araújo (2003), a transversalidade relaciona-se às temáticas que perpassam os diferentes campos de conhecimento, tais temas, no entanto, devem estar atrelados à melhoria da sociedade e da humanidade e, por isso, abarcam temas e conflitos vividos pelas pessoas em seu dia-a-dia. O mesmo autor considera ainda, que existem duas diferentes concepções para o trabalho da transversalidade (NUTES,2018).

No que tange à interdisciplinaridade, é definida como a qualidade daquilo que é interdisciplinar (aquilo que se realiza com a cooperação de várias disciplinas). A interdisciplinaridade no *Campus Coari*, deverá implicar na existência de um conjunto de disciplinas interligadas e com relações definidas, que evitam desenvolver as suas atividades de forma isolada, dispersa ou fraccionada. Trata-se de um processo dinâmico que procura solucionar diversos problemas de investigação.

A relevância da interdisciplinaridade surge com o próprio desenvolvimento científico-técnico, que deu origem ao nascimento de numerosos ramos científicos. Esta dinâmica faz com que, haja necessidade de integrar situações e aspectos para criar conhecimentos cada vez mais complexos e profundos, de acordo com a realidade local e global.

2.3.6 Avaliação da Aprendizagem e Institucional

Avaliação da aprendizagem é um processo que deve ser realizado não só pelo educador, mas também por todos os atores educativos, como: educandos, pais, gestor, comunidade e lógico o professor. Neste novo paradigma, todos são avaliados e conseqüentemente contribuem para que ocorra o processo ensino-aprendizagem de forma eficaz, onde os educandos tenham êxito. Para isso faz-se necessário repensar a prática pedagógica onde a avaliação deixa de ser algo estático, vertical, autoritária e excludente. Visando desenvolver competências e habilidades no discente que o preparem para o mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania. Se transformando numa ferramenta indispensável para o sucesso do trabalho do educador(PPP CEFETAM,2006).

Desse modo, a avaliação como um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aprendente, é um recurso metodológico de reorientação do processo ensino–aprendizagem, conquanto serve para diagnosticar as facilidades e as dificuldades dos discentes, como também servir de instrumento para o educador aperfeiçoar seu trabalho pedagógico, objetivando garantir a qualidade do ensino. Deve permitir ao professor oportunizar ao educando, a reelaboração e ressignificação de um conhecimento com vistas à construção de outros, ajudando-o a identificar suas falhas, seus pontos fortes e fracos, transformando-se num diagnóstico da aprendizagem por ele realizada, cuja função precípua não é a atribuição de nota, mas apontar para progressos e auxiliar na superação dessas dificuldades. Nessa perspectiva, a avaliação significa encaminhar-se para um processo dialógico, cooperativo, imperativo, onde professor e educando aprendam juntos o que possibilitará a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos (PPP CEFETAM,2006).

Quanto à avaliação do PPP, deverá ser contínua, com base nos parâmetros avaliativos da LDB-9394/96. Os trabalhos desenvolvidos por educandos e professores passarão por avaliações periódicas o que resultará na busca de novas alternativas sempre com o intuito de melhor ajudá-los, de acordo a regulamentação da Organização Didática do *Campus*.

Deve ser formada uma equipe para elaborar o questionário de avaliação institucional(CPA-Comissão Própria de Avaliação), onde os docentes, servidores, a comunidade intra e extra-escolar avaliarão a instituição de ensino como um todo, visando aumentar a credibilidade e qualidade do ensino oferecido.

Portanto, o processo avaliativo deste Projeto Político-Pedagógico será periódica onde semestralmente será **convocada** uma reunião pela Direção de Ensino/Direção Geral para avaliar suas ações e repercursões na comunidade escolar.

2.3.7 Formação Inicial e Continuada dos servidores e comunidade

No que diz respeito à Política de Formação de Professores, o IFAM CCO, já vem a algum tempo, atuando na qualificação de seus docentes e técnicos-administrativos. O objetivo, é que todos os servidores tenham uma qualificação profissional, visando à qualidade do serviço oferecido pela Instituição. Para tanto,

deverá elaborar anualmente o seu Plano de Qualificação dos Servidores, visando à continuidade da Formação Inicial e Continuada.

Com a implantação do PRONATEC, O governo Federal vem reforçar as políticas públicas iniciadas desde 1995, visando a Educação profissional permanente dos Trabalhadores como forma de lutar contra o desemprego, aumentar as fontes de renda e de promover a cidadania. Desse modo, traz como inovação os Cursos FIC-Cursos de Formação Inicial e Continuada que devem ser oferecidos principalmente aos trabalhadores e estudantes que estão em vulnerabilidade sócio-econômica, inclusive na modalidade EaD, através do MEDIOTEC.

Neste cenário, o IFAM *Campus* Coari, em seu planejamento estratégico tem como uma de suas metas o desenvolvimento de ações de qualificação profissional, em parceria com a COEX, cujo objetivo é qualificar jovens e adultos da comunidade em geral atendendo as demandas do setor produtivo e desta forma contribuir para que um maior número de pessoas tenha oportunidade de inserção no setor produtivo.

3 DIAGNÓSTICO

3.1 Breve Contextualização Sócio/histórica do Município de Coari

Coari é um município brasileiro do interior do Estado do Amazonas, Região Norte do país. Em sua área territorial, localiza-se a plataforma da Petrobrás de Urucu, onde se extrai petróleo e gás. Próximo à cidade, está instalado o Terminal Aquaviário da Transpetro (subsidiária da Petrobras), que recebe, através de dois dutos, o gás e o petróleo, que são levados por navios para Manaus e outras regiões do Nordeste. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de habitantes do município em 2018 eram de 84.272, sendo o quinto município mais populoso do Estado.

O município está localizado no rio Solimões entre o Lago de Mamiá e o Lago de Coari, e tem sua história ligada aos índios Catauxys, Jurimauas, Passés, Irijus, Jumas, Purus, Solimões, Uaiupis, Uamanis e Uaupés. O nome Coari também está ligado às raízes indígenas e há duas versões: Em 1759 a aldeia é elevada a lugar com o nome de Alvelos. Em 02 de dezembro de 1874 foi elevada a vila, em 2 de agosto de 1932 a Vila de Coari é elevada a categoria de município.

Fig. 01: Município de Coari-AM



Fonte: WIKIPÉDIA,2018.

De acordo com informações obtidas por pesquisa realizadas por este *Campus*, já mostrava que há a necessidade por capacitação técnica, sendo maior na área de informática (67%) seguida de Meio Ambiente (58,30%) Eletrônica (54,10%), Mecânica (50%), Segurança do Trabalho (45,8%) Eletrotécnica (37,5%) e Construção Civil (29%) (PPPI CEFETAM,2006). Em complemento a isso, em uma outra pesquisa realizada em maio de 2014, com os educandos finalistas do Ensino Médio de Escolas Estaduais e do IFAM CCO, comprovou-se estatisticamente que os principais cursos de nível superior

solicitados pela comunidade interna e externa são: Licenciaturas: Informática (43,82%), Ciências Biológicas (21,49%); Tecnólogo: Agroecologia (12,69%), Sistemas de Telecomunicações (11,18%); Engenharias: Mecânica (47,52%), Engenharia Civil (19,57%).

3.2 Contexto Sócio - histórico do *Campus*

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Coari.

No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Coari foi autorizado mediante a Portaria de nº 1.970 do Ministério da Educação. Começaram então as obras para a construção da unidade.

O ano letivo de 2007 iniciou no dia 22 de fevereiro de 2007. A comunidade da UNED-COARI era composta por dezenove servidores docentes, dezesseis servidores na área administrativa e duzentos e quarenta discentes. As dificuldades foram inúmeras, não havia equipamentos nos laboratórios, nem nos setores administrativos. O processo ensino-aprendizagem contou apenas com as habilidades dos docentes e técnicos administrativos.

A UNED-COARI funcionou inicialmente nas dependências do prédio do Serviço Social do Comércio - SESC LER – consolidando uma de suas parcerias, ministrando à comunidade coariense os seguintes Cursos Técnicos: Integrados e Subsequenciais em Edificações e em Informática.

No dia 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei 11.892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Adequando-se a essa Lei, a UNED-Coari passou a denominar-se *Campus* Coari. As novas instalações do *Campus* Coari, localizada na Estrada Coari-Itapéua, km. 02, s/n - Bairro Itamaraty, tiveram suas atividades letivas iniciadas em 05 de maio de 2008 e sua inauguração oficial aconteceu em 10 de setembro do mesmo ano, com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Atualmente, considerando o processo de ampliação da Rede Federal de Educação, contamos no presente momento na sua estrutura organizacional - no seu quadro funcional-com corpo docente composto por 43 professores(sendo 38

efetivos e 05 substitutos), 36 técnico-administrativos e 643 educandos matriculados, distribuídos nos vários cursos Técnicos.

O *Campus* Coari, enquanto estrutura integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, tem por finalidade proporcionar o ensino de qualidade através de qualificação e requalificação profissional, bem como, Pesquisa e Extensão a fim de atender a demanda da Micro- região de Coari. Tem como atual Diretor Geral Pro-tempore do Campus A professora Andrea Baima dos Santos Mota.

3.3 Identidade e Organização Institucional: Principais Problemáticas detectadas

Dentro do contexto da educação coariense, o *Campus* Coari tem como problemáticas principais a serem sanadas ou amenizadas de acordo com dados coletados em encontros pedagógicos e em observação do clima organizacional, pelas equipes de trabalho sistematizadas a seguir:

- Deficiência na comunicação e divulgação dos informes por parte de alguns setores;
- Ausência de uma exposição dos Planos de ação dos setores para os servidores e discentes no início do ano letivo;
- Divulgação do IFAM, nas Escolas de 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, por comissão específica;
- Ausência do transporte coletivo regular para a comunidade acadêmica;
- Não pontualidade, por parte de alguns docentes, no registro de notas, frequência e conteúdo no sistema Q- Acadêmico dentro dos prazos estabelecidos;
- Falta de um bom clima organizacional que priorize a união de todos os servidores e o pensamento coletivo;
- Falta de serviço de Internet com melhor qualidade, no que diz respeito ao gerenciamento de outras opções de redes(Fibra Ótica, dentre outros);
- Ausência de um plano de qualificação para os servidores;
- Ausência de agilização nas compras de material para as atividades didático-pedagógicas que precisam ser priorizadas.
- Os educandos estão finalizando os Cursos Técnicos e uma grande parcela fica sem sua inserção no mercado de trabalho;

- Algumas Datas Comemorativas do *Campus* precisam ser resgatadas (Aniversário do *Campus*, Dia do Estudante, Dia do Professor, Aniversariantes do mês, dentre outros).

3.4 Causas e Conseqüências no Ambiente Institucional

- Ausência de uma melhor organização de alguns setores/a, que devem dar um Feedback em tempo hábil ao servidor em relação a sua solicitação;
- Mais atenção da Coordenação de Eventos ao cumprimento de algumas datas do calendário de eventos e uma melhor acompanhamento nos eventos da Instituição;
- Falta de Especialização Pedagógica para alguns docentes da área técnica;

Diante do exposto percebe-se pelas equipes de trabalho do PPP, algumas conseqüências indesejáveis no ambiente institucional que desfavorecem a qualidade do ensino:

- Desestímulo de alguns servidores e educandos;
- Desinteresse de alguns educandos;
- Baixo rendimento de alguns discentes;
- Alguns educandos apresentam problemas disciplinares.

3.5 Forças Positivas e Negativas

No entanto, temos várias forças positivas que contribuem no processo de amenização das problemáticas citadas anteriormente:

- Dispomos de um site da Institucional;
- Equipe qualificada, com alguns docentes e técnicos Pós-graduados em nível de especialização, mestrado e doutorado;
- Boa imagem da Instituição;
- Implementação de Projetos Integrais;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão por professores e discentes;
- Bolsas diversas (pesquisa, projetos integrais, extensão e outros);
- Benefícios do PAES;
- Manutenção física do *CAMPUS*;

- O consultório odontológico está em fase de implementação;
- Infra - estrutura do *Campus*;
- Recurso financeiro razoável para o *Campus*;
- Um Comprometimento significativo dos docentes em melhorar sua prática pedagógica;
- Um compromisso significativo de boa parte dos educandos;
- Ginásio Poliesportivo Coberto/Piscina Semiolímpica;
- Melhoria da Iluminação da Estrada Coari-Itapéua.

Por outro lado, existem forças negativas que dificultam as problemáticas da Instituição:

- Acervo bibliográfico precisa ser melhorado;
- Falta de um Projeto Arquitetônico, visando à reforma Geral do IFAM CCO(principalmente da área construída em 2008);
- Ausência de um estacionamento coberto, para carros e Motos;
- Ausência de um Projeto de uma Horta Escolar bem estruturada, que possa servir de subsídio para a merenda escolar dos discentes.
- Ausência de organização do Motor de Luz elétrica, que possa funcionar quando a energia elétrica da CEAM, não estiver funcionando, ou de outras fontes de energia, como por exemplo a Solar.

3.6 Indicadores de aprovação, reprovação e evasão de 2015 a 2017

No que diz respeito aos indicadores de aprovação, reprovação e evasão, nos anos de 2015, 2016 e 2017, tivemos os seguintes indicadores:

Tabela 01: Indicadores dos Cursos Integrados ao Ensino Médio

Ano	Mat.Inic.	Aprovad.	Reprov.	Evasão	Transf.	Tranc.	Cancelado
2015	216	169	29	04	09	02	03
2016	287	230	27	05	19	0	06
2017	342	253	47	01	41	0	0

Fonte: Coordenação de Registros Acadêmicos-CRA IFAM CCO

Tabela 02: Indicadores dos Cursos Subsequenciais

Ano	Mat.Inic.	Aprovad.	Reprov.	Evasão	Transf.	Tranc.	Cancelado
2015.1	174	120	45	0	0	06	3
2015.2	176	135	05	29	02	04	1
2016.1	101	93	03	02	0	01	2
2016.2	65	59	01	05	0	0	0

2017.1	39	18	0	19	0	0	2
2017.2	125	71	33	0	0	01	05

Fonte: Coordenação de Registros Acadêmicos-CRA IFAM CCO

Tabela 3: Indicadores dos Cursos do PROEJA (Integrado ao Ensino Médio)

Ano	Mat.Inic.	Aprovad.	Reprov.	Evasão	Transf.	Tranc.	Cancelado
2015.1	51	37	07	0	02	04	0
2015.2	38	35	02	0	0	01	0
2016.1	15	13	01	0	0	01	0
2016.2	13	12	01	0	0	0	0
2017.1	59	42	0	14	01	0	02
2017.2	30	25	4	0	0	0	01

Fonte: Coordenação de Registros Acadêmicos-CRA IFAM CCO

3.7 Estrutura Física e equipamentos

O IFAM *Campus* Coari, está localizado na Estrada Coari-Itapéua Km2, em um terreno de 60.000 m² de área com aproximadamente 3.717, 28m² de área Construída. E constituída de uma edificação térrea, único pavimento concebida em um projeto que resulte em harmonia com a natureza regional, dotada da seguinte infra-estrutura física:

Tabela 04: Infra-Estrutura Física IFAM CCO

Descrição	Áreas-(m²)
Terreno	60.000
Construída	3.717,28

Fonte: DAP IFAM CCO

Tabela 05- Ambientes Físicos

Descrição	Quantidade
Salas de Aula	10
Salas de Multimeios	01
Sala de Estudo	01
Sala das Coordenações	01
Sala dos Assistentes de Alunos	01
Sala da CRA	01
Sala do DAP	01
Sala do CGP	01
Sala da Psicóloga	01
Sala do DEPE	01
Cantina	01
Sala dos professores	01
Sala da CGAE	01
Sala da COEX/COPEPI	01
Gabinete Médico	01

Gabinete odontológico	01
Sala da Repografia	01
Sala da CGTI	01
Sala da DG	01
Sala do Grêmio Estudantil	01
Sala de vídeo conferência	01
Laboratórios diversos	10
Auditório	01
Biblioteca	01
Ginásio Poliesportivo	01
Piscina Semi-Olímpica	01

Fonte: DAP,2018

3.8 Laboratórios Diversos

Visando um melhor atendimento acadêmico do educando nas disciplinas de base científica e tecnológica, principalmente o fortalecimento da teoria versus prática e visando uma adequação do perfil e da matriz curricular dos cursos de Edificações e Informática, faz-se necessário à implantação dos laboratórios relacionados no quadro abaixo, devendo-se garantir a expansão conforme a necessidade de cada curso.

Tabela 06 –Demonstrativo de laboratórios do IFAM CCO

Nº	Laboratórios	Qtd
01	Construção Civil	01
02	Recursos Pesqueiros e Agricultura	01
02	Informática	05
03	Multimeios	01
04	Química/Biologia	01
05	Física/Matemática	01

Fonte: Coordenação de Gestão de Tecnológica

Tabela 07-Acervo da Biblioteca

LIVROS	PERIÓDICOS/REVISTAS	CDs/DVDs	Computadores ligados a Internet
5.271	P-805 R-87	CD-121 DVD-243	04

Fonte: Biblioteca do IF/CCO 2018

3.9 Equipamentos de uso comum

- 12 Projetores multimídia – resolução de 1024x 768 (XGA);

04 TV em cores, sendo que apenas uma está funcionando;

01 Máquina Fográfica profissional;

• 01 Micro Sistem;

(Falta atualizar os dados com a CGTI)

3.9.1 Pessoal Docente e Técnico

Tabela 08: Docentes Efetivos

Disciplinas	Nº. de Professores
Aqüicultura	01
Artes	-
Biologia	01
Engenharia Civil e Arquitetura	02
Educação física	01
Filosofia	01
Física	02
Geografia	02
História	02
Informática	06
Inglês	01
Matemática	03
Português	03
Química	02
Sociologia	02
Zootecnia	01
Agricultura	02
Recursos Pesqueiros	01
Administração	04
Total	38

Fonte: Coordenação Geral Acadêmica- IFAM CCO

3.9.1.1 Recursos Humanos

Tabela 09: Docentes Substitutos

Disciplinas	Nº. de Professores
Educação Física	01
Química	01
Física	01
Filosofia	01
Biologia	01
Total	05

Fonte: Coordenação Geral Acadêmica-IFAM CCO

Tabela 10-Servidores Técnico-Administrativos

TAE	Quantidade
Técnicos Administrativos em Educação	36
TOTAL GERAL de Servidores	79

4 FORMAS DE ACESSO DO DISCENTE

Para ingressar nos cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio e Subsequenciais do IFAM CCO, o candidato submeter-se-á a processo seletivo classificatório, a partir de notas contidas em Certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou equivalente para os cursos integrados/Concomitante e de Ensino Médio ou equivalente para os cursos Técnicos Subseqüentes e Ensino Superior. No caso das Especializações em EaD, será a partir de notas contidas em Certificados de Graduação. Dependendo do Curso de Qualificação Profissional, poderão ser exigidos outros níveis de ensino básico de acordo com a demanda do Curso FIC.

4.1 Áreas de Formação e Cursos Oferecidos

a) TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Oferecido nas modalidades de ensino integrado e subsequente, tem por objetivo formar profissionais que desenvolvem programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação; Utilizam ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados; Realizam testes de software, mantendo registro que possibilitem análises e refinamento dos resultados; Executam a manutenção de programas de computadores implantados.

Possibilidades de atuação:

Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores.

Tempo mínimo de conclusão: 3 anos (integrado) / 3 semestres (subsequente)

b) TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA WEB

Tem como objetivo formar profissionais-cidadãos técnicos de nível médio, competentes técnica, ética e politicamente, com elevado grau de responsabilidade social e que contemple um novo perfil para saber fazer e gerenciar atividades de concepção, especificação, projetos simples, implementação, avaliação, suporte e manutenção de sistemas, incluindo hardware, software, aspectos organizacionais e humanos, visando a aplicações na produção de bens, serviços e conhecimentos.

Possibilidades de atuação:

Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores e a Internet.

Tempo mínimo de conclusão: 3 anos (integrado) / 3 semestres (subsequente)

c) TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA

Oferecido nas modalidades de ensino integrado e subsequente, tem por objetivo formar profissionais que realizam manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, identificando os principais componentes de um computador e suas funcionalidades. Identifica as arquiteturas de rede e analisa meios físicos, dispositivos e padrões de comunicação. Avalia a necessidade de substituição ou mesmo atualização tecnológica dos componentes de redes. Instala, configura e desinstala programas e softwares básicos, utilitários e aplicativos. Realiza procedimentos de backup e recuperação de dados.

Possibilidades de atuação:

Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação e manutenção de computadores.

Tempo mínimo de conclusão: 3 anos (integrado)/ 3 semestres (subsequente)

d) TÉCNICO EM RECURSOS PESQUEIROS

Tem como objetivo, formar profissionais capazes de exercer atividades de gestão, planejamento e produção aquícola, estruturadas e aplicadas de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos da cadeia produtiva do setor pesqueiro, visando à qualidade e à sustentabilidade econômica, ambiental e social, associado a uma formação humanística, crítica, ativa e ética para desempenhar suas atividades profissionais com competência técnica.

Possibilidades de atuação:

Instituições públicas e privadas do setor aquícola, assim como, em empresas de beneficiamento do pescado e frigoríficos, laboratórios de reprodução, larvicultura e engorda, empresas de assistência técnica, extensão rural, pesquisa, parques, unidades de conservação ou mesmo como autônomo.

Tempo mínimo de conclusão: 3 semestres (subsequente)

e) TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

O Técnico de Nível Médio em Administração é o profissional que tem por característica a capacidade de trabalho em conjunto, de forma proativa, tanto com pessoas como com a tecnologia disponível no seu meio, conhecimento técnico, formação tecnológica e capacidade de mobilização destes conhecimentos para atuar no mercado de trabalho de forma criativa, ética, empreendedora e consciente dos impactos socioculturais.

O Curso Técnico de Nível Médio em Administração tem por objetivo formar profissionais que dão suporte à produção de serviços em qualquer setor econômico, exercem atividades de planejamento, operação, controle e avaliação dos processos que se referem a recursos humanos, materiais, ao patrimônio, à produção, aos sistemas de informação, aos tributos, às finanças e à contabilidade de empresas públicas e privadas. Auxilia no gerenciamento e administração de empresas públicas e privadas.

Possibilidades de atuação

Instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

Tempo mínimo de conclusão: 3 anos (integrado) / 3 semestres (subsequente)

f) TÉCNICO EM AGRICULTURA

Tem como objetivo proporcionar a formação de um profissional que possa direta e efetivamente melhorar a qualidade de seus serviços por meio da aplicação dos conceitos, novos conhecimentos e preocupando-se com os aspectos socioeconômicos, além dos impactos ambientais ligados à prática agrícola.

Possibilidades de atuação

Propriedades rurais, empresas de consultoria agrícola, instituições de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, comércio do agronegócio, indústrias de insumos agropecuários, cooperativas e associações de produção agrícola, empreendimento próprio, profissional autônomo.

Tempo mínimo de conclusão: 3 semestres (subsequente)

5 PROPOSTA CURRICULAR

A Educação é concebida como uma prática histórica e social, sendo compreendida como um conjunto de processos formativos que acontecem no meio social, sejam eles institucionalizados, intencionais, sistematizados ou não. A Educação integra o conjunto de processos sociais através do qual influencia o meio social componente do processo de socialização. A educação “diz respeito as formas intencionais de promoção do desenvolvimento individual e de inserção dos indivíduos, envolvendo especialmente a educação escolar e extraescolar [...] (LIBÂNEO, 2000, p.74).

A materialização do currículo integrado exige planejamento constante. Segundo Vasconcellos (*apud* Adriano Larentes, 2014, p. 25), “o planejamento educacional é da maior importância e implica enorme complexidade, justamente por estar em pauta a formação do ser humano.” O planejamento coletivo, consciente, crítico e intencional possibilita que as dúvidas, tensões e dificuldades sejam superadas e que as equipes construam relações de totalidade e se fortaleçam para avançar na efetivação do currículo integrado. É por meio do planejamento que as estratégias são traçadas e que as etapas vividas são avaliadas. Só com planejamento é possível compreender a totalidade do processo escolar e materializar o currículo integrado.

5.1 Concepções Princípios e Fundamentos da Educação e Currículo

Integrado

O currículo integrado é uma construção recente para muitos educadores e instituições. Isso requer que haja clareza do que está sendo feito, dos objetivos a serem alcançados e do papel de cada integrante, o que só pode ser alcançado com estudo, planejamento coletivo, abertura às inovações necessárias e aceitação dos tempos e das diferenças no espaço escolar. Os problemas que surgem no cotidiano da escola terão de ser resolvidos a partir de cada realidade e das opções que deverão ser feitas pelos envolvidos nesse processo.

Um dos grandes desafios propostos pelo currículo integrado é a interdisciplinaridade. No caso do currículo integrado, pensar em práticas interdisciplinares implica reconstituir totalidades entre as áreas da formação básica e as áreas da formação técnica. Trata-se de um trabalho árduo que rompe com a

fragmentação e o isolamento da ciência, da técnica, dos conteúdos escolares e entre educadores e educandos. Apesar dos diversos trabalhos publicados, dos debates sobre o tema e das inúmeras formações realizadas nas escolas, a adoção de práticas interdisciplinares é ainda bastante difícil para muitos educadores e educadoras.

5.1.1 Níveis e modalidades de Ensino

5.1.2 Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada

As tendências com a implantação do pólo petroquímico são de aumento de oportunidades laborais em diversas áreas do conhecimento e o IFAM CCO, em sintonia com o cenário energético da região e atendendo a necessidade de formação de técnicos para colaborar no desenvolvimento dos municípios, implantou alguns cursos integrados ao Ensino Médio/PROEJA e Subsequentes.

5.1.3 Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Concomitante

Fundamentada na Resolução nº 38 do CONSUP, a Educação Profissional Técnica de Nível médio na forma concomitante vem no Bojo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC, que foi implantado a partir de julho de 2012. O qual tem seu respaldo legal na Resolução nº77 CD-do FNDE e na Resolução nº38 do CONSUP. Este programa oferece a forma de educação profissional na modalidade concomitante ao Ensino Médio, ou seja, ao mesmo tempo em que o educando faz o Ensino Médio no ensino regular, poderá estudar num Curso Técnico nos IF.

5.1.4 Educação Profissional Técnica Subsequente

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subseqüencial, também denominada de Pós-Médio, destina-se aos educandos que já concluíram o Ensino Médio, mas que possuem a necessidade de capacitação técnica em educação profissional.

5.1.5 Educação Superior

O Ensino Superior está dividido em duas modalidades: Tecnólogos e Licenciaturas. São cursos de graduação autorizados pelo MEC e que garantem ao cidadão ensino de qualidade e gratuito de um Instituto Federal de Educação Tecnológica. Com expansão da rede Federal de Educação para o interior do

Estado, o IFAM CCO está atuando também no Ensino Superior, conforme a demanda local.

Atualmente os Cursos estão sendo ofertados na modalidade de EaD, em parceria com a UAB(Universidade Aberta do Brasil). Temos dois Cursos: Pedagogia e Física, que iniciaram em 2017.

5.1.6 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

O Ensino do *Campus* segue as diretrizes emanadas de documentos oficiais produzidos tanto pelo Ministério da Educação que, em suas diferentes Secretarias planejam, orientam, acompanham e avaliam os diferentes níveis, ofertas e modalidades educacionais, quanto por orientações administrativas e didáticas emanadas do próprio Instituto.

No cotidiano vivenciado, há uma orientação objetiva de que as práticas pedagógicas se construam de forma entrelaçada com os referenciais da Educação Popular, Educação do campo e Pedagogia Multirracial, as quais contemplam os ideais de humanização e respeito aos diferentes sujeitos da práxis em seus diferentes tempos de aprendizagem.

6 POLÍTICAS INSTITUCIONAL

6.1 Assistência Estudantil

De acordo com a portaria nº1.000 – GR/IFAM de 07 de outubro de 2011 que normatiza a execução e aplicação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, a Política de Assistência Estudantil conforme artigo 2º obedecerá aos seguintes princípios:

I - Defesa da educação como um direito em compromisso com a formação integral do sujeito;

II - Respeito à dignidade do sujeito, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como, a convivência escolar e comunitária;

III - Igualdade de direito no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;

IV - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como, dos recursos oferecidos pela instituição e dos critérios para seu acesso;

V - Ampliação das condições de continuidade e apoio à formação de estudantes do IFAM;

VI - Participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios.

Ainda, conforme o artigo 3º, a PAES tem por objetivos:

I - democratizar as condições de permanência e êxito aos estudantes matriculados no IFAM, prioritariamente aos que se encontra em situação vulnerabilidade social;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso, permanência e êxito dos estudantes;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão;

IV- contribuir para a promoção da equidade social e para o exercício da cidadania pela educação.

O PAES está composta por dois tipos de programas: O Programa Socioassistencial e os Programas Integrais. O Programa Socioassistencial está destinado a todos os discentes com renda per capita mensal de até um salário mínimo e meio, prioritariamente, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e que estejam matriculados e com frequência regular nos cursos ofertados em todos os níveis e modalidades de ensino pelo IFAM, conforme

o que estabelece a PAES do IFAM em vigor. Desse modo, oferecemos alguns benefícios em 2018:

Benefício Alimentação

Subsídio ofertado direto aos discentes regularmente matriculados e frequentando um dos Cursos do IFAM ofertados pelo *campus*, prioritariamente, aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Benefício Transporte

Subsídio ofertado direto aos discentes para contribuir com o deslocamento do discente que não dispõe de meios para provê-lo, no percurso de sua residência até o *campus*, durante os dias letivos, em transportes coletivos. O benefício foi concedido sob a forma de: repasse direto ao discente do valor de até R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais) mensais na condição de ajuda de custo para o custeio de seu deslocamento, com recurso orçamentário provindo da Fonte 100;

Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar

Subsídio ofertado aos discentes para custear despesas educacionais decorrentes de necessidades de material didático-pedagógico e material escolar relacionado à sua atividade educacional no IFAM, concedido sob a forma de: repasse direto ao discente do valor de **até R\$ 115,00 (cento e quinze reais) mensais.**

Programas Integrais

Os Programas Integrais consiste num conjunto de projetos que contem ações prioritárias voltadas para o suprimento das necessidades sociais dos discentes e tem por objetivos:

- Promover ações sistêmicas e articuladas no âmbito dos *campi* do IFAM voltadas para a garantia da democratização das condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes matriculados no IFAM em todos os níveis e modalidades de ensino, prioritariamente, aos que se encontra em situação de vulnerabilidade social como meio de ações locais em cada *campi* focadas na atenção integral dos estudantes, de maneira a se consolidar, efetivamente, uma Política de Assistência Estudantil na instituição.
- Atuar via projetos integrais, nas causas da evasão e retenção acadêmica, subsidiando financeiramente ações afirmativas e desencadeadoras da elevação dos índices de permanência e êxito;

- Fomentar a implementação de ações relacionadas à permanência e êxito nos campi, via projetos integrais, construídas pelos discentes, docentes e técnicos administrativos, voltadas para as áreas de viabilizando, quando necessário, intervenções sistêmicas;
- Integrar as equipes multiprofissionais, bem como os profissionais envolvidos nas ações pedagógicas referentes ao enfrentamento dos índices elevados de retenção e evasão dos cursos ofertados pelo IFAM;
- Para promoção da inclusão social, redução dos efeitos das desigualdades sociais e regionais nos diferentes contextos da Educação Profissional e Tecnológica; Enfatizar a importância do trabalho colaborativo na perspectiva da permanência e o êxito estudantil;
- Motivar a participação dos estudantes regulares dos diversos cursos e modalidades do IFAM no processo de interação com a sociedade e emancipação do cidadão, através de atividades pedagógicas que contribuam para a formação profissional, inclusão social, geração de oportunidades, melhoria das condições de vida e para o exercício da cidadania;
- Oportunizar ao estudante a aplicação de conhecimentos acadêmicos em prol da comunidade escolar e da sociedade em que vive, possibilitando, assim, o seu desenvolvimento crítico e conseqüentemente o seu crescimento humano e profissional;
- Situar a evasão e a retenção/reprovação como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), oportunizando a comunidade escolar não somente seu enfrentamento, mas a descoberta de verdadeiros talentos no âmbito da atenção à saúde, apoio pedagógico, acadêmico, monitoria, psicológico, cultura, desporto, inclusão digital, discentes que possuam algum grau de deficiência ou apresentem transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, apesar da enorme complexidade da Instituição, um de seus principais desafios, é o cumprimento da sua função social.

6.2 Extensão

A extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa viabilizando a ação transformadora entre o Instituto e a Sociedade, cujos objetivos são de integrar práticas de

mediação entre o ensino e a pesquisa; promover a relação teórico-prática, constituindo-se num processo de interação entre a pesquisa e a realidade social; colaborar na transformação da sociedade, por intermédio de formas diretas de atuação e estabelecer mecanismos que viabilizem a relação interinstitucional.

De acordo com a Resolução N° 94 do CONSUP/IFAM/2015 a atividade da Coordenação de Extensão é de planejar, coordenar e supervisionar as ações, orientar as diretrizes e as políticas de extensão, inovação e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e a pesquisa, junto com os diversos segmentos sociais ligados ao IFAM.

Na implementação das dimensões da extensão tecnológica, o Fórum de Extensão da Rede Federal de EPCT (FORPROEXT) define como práticas orientadoras para formulação das ações extensionistas, as seguintes Diretrizes:

a) desenvolver atividades de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, dando ênfase à produção, ao desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

b). estimular e apoiar processos educativos que levam à geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

c). Implementar e avaliar programas, projetos e ações de relações internacionais no campo da educação, contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão, em articulação com a Reitoria, as Pró-Reitorias e as Direções Gerais dos *Campi* em consonância com as metas de internacionalização da SETEC/MEC;

d) realizar ações voltadas preferencialmente para a população em situação de vulnerabilidade social e risco, através das ações voltadas a inclusão social, geração de oportunidades e melhorias das condições de vida;

e) propiciar ações de formação inicial e continuada, visando à inserção do trabalhador no mundo do trabalho;

f) favorecer a interação do ensino e da pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.

6.3 Educação à Distância

A Educação à Distância caracteriza-se como uma modalidade de atendimento na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de tecnologias de informação e comunicação e de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, em que discentes, docentes e demais profissionais de apoio técnico-pedagógico desenvolvem atividades educativas em lugares ou tempos diversos entre si.

A Educação à Distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I – Educação Básica: a) Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as especificidades legais pertinentes; e b) Educação Especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

II – Educação Profissional: a) Técnica de Nível Médio; e b) Especialização Técnica de Nível Médio.

III – Educação Superior: a) Graduação; b) Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Aperfeiçoamento; c) Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização; e d) Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

IV – Especial: a) Formação Pedagógica de Docentes.

V – Extensão:

a) Idiomas;

b) Formação Inicial e Continuada;

e c) Cursos Livres.

6.5 Gestão Ambiental

A Gestão ambiental é uma questão de sobrevivência, não um conhecimento opcional, seja no contexto urbano e rural em todas as dimensões essa deve ser considerada. Dessa maneira, os temas transversais dão um tratamento especial as questões ambientais, enquanto cidadãos amazônicos mais do que devemos conhecer a biodiversidade que nos rodeia para de fato a defendermos com propriedade (SOUZA, 2013).

Nessa compreensão FREIRE nos remete o seguinte comentário:

Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, estupidamente

neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. (FREIRE, 1996. p. 77)

Nessa abordagem, o educador deve ter um espírito investigativo conduzindo e incentivando o educando à pesquisa, fazendo os mesmo tirarem suas conclusões a respeito do assunto investigado. Nesse processo de construção, o educador vai se fazendo, conquistando sua autonomia, não será reproduzidor de um conhecimento ultrapassado, mas produtor de um autêntico. Os educando por sua vez, adquirirão novas competências, aprenderão a intervir no seu contexto social.

Para WERNECK o educador precisa ser mais prático frente às problemáticas que emergem no contexto educativo, nesse termos o mesmo se posiciona:

O educador não pode ser apenas romântico, precisa ser mais prático; no entanto, o desenvolvimento sustentado merece especial análise para não ser um engordo. A biodiversidade é uma questão de sobrevivência da humanidade, mormente no que diz respeito aos microrganismos como o plancto marinho. O educador é uma pessoa de análise e, portanto, uma queimada não deve ser analisada, como algo que só prejudica as árvores, mais sim, que causa a morte de seres minúsculos e responsáveis pela oxigenação da terra, sem a qual pouco se produzirá. (WERNECK, 2004, p. 84).

O educador contemporâneo deve compreender a importância e a urgência em trabalhar a educação ambiental, pois cruzar os braços diante dessa situação é desconsiderar vidas que a cada dia estão desaparecendo na biodiversidade amazônica. Não importa a dimensão e influência de sua ação. Cada um deve atuar na sua esfera de influência, não é esperar que outros venham fazer. Todos somos responsáveis pela conservação desse pouco que nos resta, mas é a escola quem deve dar o ponta pé inicial. Não é trabalhar o assunto em data específica, mais fazer do assunto o eixo gerador de todas áreas de conhecimento. Não se podem esperar os resultados em curto prazo, isso é um processo contínuo, que os resultados virão em longo prazo, como afirma DEMOS.

Resultados imediatos nunca aparecem, porque a aprendizagem é um processo complexo não linear; este alerta é fundamental também para evitar avaliação apressadas de experiências inovadoras, ou estigmatização intempestivas. (DEMO, 2007, p.45)

Há os que dizem que o educador conscientiza, a consciência é algo intrínseco, nosso papel é incentivar, mobilizar e mostrar na prática o que significa ter uma consciência ambiental. A verdadeira educação vem acompanhada de exemplo, são os exemplos que sensibilizar os que ainda não atentaram para a situação em se encontra a vida em nosso planeta.

No IFAM CCO, foi constituída uma Comissão da Coleta Seletiva Solidária que tem um papel fundamental dentro da Instituição, que é o de sensibilizar a comunidade escolar, para a questão da separação dos resíduos sólidos e encaminhamento para cooperativas de reciclagem. Os trabalhos da Comissão estão respaldados por Leis e Decretos do Governo Federal:

☉ Lei nº 12.305/10 que em seu,

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

☉ Decreto nº 5940/06, que,

Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

Art. 5º Será constituída uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, no âmbito de cada órgão e entidade da administração pública federal direta e indireta, no prazo de noventa dias, a contar da publicação deste Decreto.

§ 1º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária será composta por, no mínimo, três servidores designados pelos respectivos titulares de órgãos e entidades públicas.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização: Anne Joyce Angher. 12 ed. São Paulo: Rideel, 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB** (Lei nº 9394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

BRITO César Iobato (Org.); Ghedin, Evandro Luiz; et al. **Ética e formação de professores**. Manaus: UEA edições: Raphaela, 2008.

CARNEIRO, Moacir Alves. **Nova LDB: Leitura crítica compreensiva de artigo a artigo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Democrática da Escola: Movimentos, Tensões e Desafios**. In: SILVA, Aida Maria Monteiro; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. (Orgs) et al. **Retrato da Escola no Brasil**. Brasília, sd, 2004.

FAZENDA, Ivani (Org). **Didática e Interdisciplinaridade**. 13 ed. Campinas-SP: Papyrus, 2008.

FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**. Porto Alegre: Dáctilo Plus, sn, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GANDIN, Danilo; GEMERASCA, Maristela P. **Planejamento Participativo na Escola: O que é e como se faz**. São Paulo: Loyola, 2003.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Indicadores: Sinais da Realidade no processo de planejamento**. São Paulo: Loyola, 2002.

GHEDIN, Evandro; GONZAGA, Amarildo Menezes; BORGES, Heloísa da Silva (Orgs). **Currículo e Práticas Pedagógicas**. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2006, 280p.

HOFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: Uma prática em construção da Pré-escola a Universidade. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. **Avaliação Mito & Desafio**: Uma perspectiva construtivista. Ed. 40. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos, et al. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Democratização da Escola Pública**: A Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

LOMBARDI, José Claudinei. **A Importância da Abordagem Histórica da Gestão Educacional**. (artigo da Revista HISTEDBR On line, Campinas, n. especial, 2006, p.11-19.

LÜCK, Heloisa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. 3 ed. vol II (Série Cadernos de Gestão) Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. et al. **A Escola Participativa**: O trabalho do Gestor Escolar. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

_____. **Gestão Educacional**: Uma questão paradigmática. 4 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

_____. **A Gestão Participativa na Escola**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? como Fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto Político-Pedagógico**: Construção e Implementação na Escola. Campinas-SP: Autores associados, 2008.

MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade**: Os Sete Saberes e outros ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos**: Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas Inteligências. 7 ed. São Paulo: Érica, 2007.

PARO, Victor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. Rio de Janeiro: Ática, 2005.

_____. PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Projeto Político Pedagógico Institucional da Unidade de Ensino Descentralizada de Coari-AM. Coari: UNED, 2006.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Transversalidade e áreas Convencionais**. Manaus: Valer, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Da Nova LDB ao FUNDEB: Por uma outra política Educacional**. 3 ed. Campinas. São Paulo: Autores e associados, 2008.

_____. **Escola e Democracia**. 39 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 10 ed. Campinas-SP: Autores associados, 2008.

SEBRAE-AM. Censo Empresarial e Estudo das Necessidades da População (Amostral), do município de Coari, 2005).

SILVA, Robson Santos da; SILVA, Luiz Ricardo de Almeida. **Gestão Escolar e Tecnologias**. Manaus: UEA, 2008.

SOUZA, Genival Nunes de; CAMPOS, Manuel do Carmo. **Gestão Democrática da Educação na Amazônia**. Manaus: BK editora, 2015.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mírian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs). **O Banco Mundial e as políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2008.

_____. **Projeto Político-Pedagógico: Fundamentos e Desafios da Prática- Algumas Aproximações**. In: GHEDIN, Evandro; GONZAGA, Amarildo Menezes; BORGES, Heloísa da Silva (Orgs). **Currículo e Práticas Pedagógicas**. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2006, 280 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível**. 27 ed. Campinas-SP: Papirus, 2010.

ANEXOS

- A- PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS DE 2018 A 2022
- B- MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS ATUAIS OFERTADOS PELO IFAM CCO
- C- MOSTRA DE PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 2018.
- D- FOTOS DE ATIVIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS REALIZADAS COM OS DISCENTES DOS VÁRIOS NIVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM 2017.
- E- CALENDÁRIO ACADÊMICO/2018
- F- CALENDÁRIO DE EVENTOS/2018